

Lerisson C. Nascimento\*  
Maria da Glória Bonelli\*\*

## RESUMO

O foco do presente artigo é mostrar o Jornalismo como uma forma de *saber* que procura legitimidade no mundo acadêmico nacional. Abordamos o tema a partir da análise do perfil das lideranças da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Mostramos que a estratégia de fortalecimento desse grupo está calcada na busca de espaços institucionais na estrutura acadêmica nacional bem como no desenvolvimento de uma *epistemologia do jornalismo*. Tal estratégia discursiva é fragilizada pela pouca institucionalização e legitimação do debate epistemológico da área na arena acadêmica nacional.

**Palavras-chave:** Carreiras, Sociedade Científica; SBPJor; Jornalismo; Profissionalização.

\* Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista CAPES. Email: lerisson@gmail.com.

\*\* Professora titular do Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia das Profissões. Email: gbonelli@uol.com.br.

## Academic careers in Brazil: the case of Journalism

### ABSTRACT

The focus of this paper is to show the journalism as a type of knowledge that seeks legitimacy in the Brazilian academia. We approached the subject from the analysis of the profile of the leaders of the Brazilian Association of Researchers in Journalism. We show that the strategy of strengthening this group is grounded in the pursuit of institutional spaces in the structure of academic research and the development of an epistemology of journalism. This discursive strategy is weakened by low institutionalization and legitimization of the epistemological debate in the arena of national academic area.

**Keywords:** Careers, Scientific Society; SBPJor, Journalism, Professionalization.

## INTRODUÇÃO

### Problematização a partir da Sociologia das Profissões

A proposta do presente artigo é abordar o processo de cientificação do jornalismo como um espaço de forças e de lutas para a construção de carreiras acadêmicas de elite autonomizadas em relação à Comunicação Social. Nossa análise recai sobre as disputas em torno do poder e da legitimidade para alcançar ou impedir tal objetivo.

Nosso interesse é compreender os percursos para a valorização de um ramo específico de ensino/pesquisa na pós-graduação brasileira, no caso o Jornalismo, frente e à comunidade acadêmica nacional, tanto do ponto de vista epistemológico como do ponto de vista institucional. Aqui apresentamos os discursos utilizados nessas disputas em busca de legitimidade e status na área de conhecimento, bem como os locais institucionais de onde partem esses discursos, com foco na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor.

Como mostra Trigueiro (2001), as comunidades científicas no Brasil, da qual a SBPJor é um exemplo, se configuram como o espaço central no processo de produção de ciência e tecnologia. É através delas que os diversos pesquisadores desenvolvem suas redes de pesquisa e se relacionam diretamente com instituições estatais ou da sociedade civil na busca por recursos e legitimidade no campo acadêmico. Procuramos abordar esse tema a partir da noção de profissão e seus desdobramentos. Encaramos o fenômeno como sendo profissional, na medida em que são disputas que se dão no mercado de trabalho e estão fortemente relacionados com a noção de carreira (Hughes, 2005 [1952]) e de credencialismo (Diniz, 2001).

Entre os estudos que se dedicam a analisar o fenômeno *profissional*, não há consenso sobre um possível modelo de profissão que desse conta das diversas formas que tal fenômeno toma nos diferentes países. Há uma incerteza conceitual em relação ao termo profissão. Evetts (2006) mostra que muitos pesquisadores estão “aceitando” essa incerteza.

Essa preocupação em definir profissão foi muito importante na linha

teórica que inaugura os estudos sobre profissões – teoria funcionalista americana – tal definição sobre o que é ou não profissão pautou as pesquisas sobre o fenômeno até os anos 1960. Essa busca, e instituição, de um modelo geral nas análises sobre o fenômeno profissional influenciou a própria auto-percepção de determinados grupos ocupacionais como os jornalistas (Neveu, 2006). Entretanto, o requisito da educação formal de ensino superior surge como elemento que transcende as experiências históricas nacionais (Diniz, 2001).

As “profissões”, para Larson (1977), são produtos da modernidade. Forjaram-se durante a “grande transformação” (em referência a Polany) que mudou a estrutura e as características das sociedades européias e suas colônias. Essa transformação foi marcada pela reorganização da economia e sociedade em torno dos princípios de mercado. Os profissionais - enquanto categoria ocupacional - procuraram estabelecer um “monopólio” em torno de um mercado, regulando a competição. “Eu vejo profissionalização como um processo pelo qual produtores de serviços especiais buscam constituir e controlar um mercado para sua expertise”<sup>1</sup> (Larson, 1977: XVI).

O mercado profissional que surge no século XIX, inaugura uma nova forma de desigualdade: não é a desigualdade da patronagem aristocrática ou da desigualdade baseada na propriedade e identificada com o empreendimento capitalista. Seu núcleo é a hierarquia ocupacional, seu princípio de legitimidade realiza-se no reconhecimento da expertise, ou mais simplesmente, em um sistema de educação e credenciamento. Para essa autora há uma forte ligação entre o controle do mercado e a mobilidade social. Essa nova forma de desigualdade é legitimada pelo Estado, através da relação deste com as elites. Aqui o modelo profissional é apresentado como uma antítese do modelo burocrático, modelo este associado a estados “fortes” e “centralizadores”. Nas sociedades anglo-saxãs o desenvolvimento das profissões teria se dado de maneira mais “livre” do Estado, enquanto que a experiência da Europa Continental está ligada a um modelo centralizador de Estado.

Procurando construir um tipo ideal de profissão, nos moldes weberianos, que possa ajudar nos estudos comparativos sobre profissões,

<sup>1</sup> Tradução livre do autor.

Freidson (2001)<sup>2</sup> mostra como um modelo de organização do trabalho de tipo profissional se diferencia dos modelos de mercado e burocrático<sup>3</sup>.

Uma, ou talvez a principal, diferença entre esses modelos de organização do trabalho se refere ao método de treinamento vocacional. Para ele, há uma valorização maior do método de treinamento vocacional das profissões, que é realizado fora do mercado de trabalho, considerado mais homogêneo e sistemático, mais confiável que o treinamento dentro do mercado de trabalho. Isso leva a outra consequência que marca a forte influência de tal forma de organização do trabalho na sociedade moderna: a valorização das instituições de ensino, normalmente universidades, responsáveis pela emissão das credenciais necessárias para o exercício da profissão.

A posse desse conhecimento abstrato está relacionada com o desenvolvimento de uma espécie de independência cognitiva por parte de uma profissão. Tal independência tem um caráter normativo, no sentido de, a partir da *expertise* e do monopólio sobre esta, dizer como a sociedade deve ser.

Esses elementos fazem com que a universidade passe a ter um

<sup>2</sup> Freidson, segundo Evetts (2006), é a figura central de uma nova abordagem na área de sociologia das profissões: a que retoma o profissionalismo como um valor normativo positivo, o que seria uma retomada da abordagem de Parsons. Freidson defende as vantagens da regulação do mercado pelo modelo profissional em detrimento do modelo burocrático e de mercado. Para Evetts essa concepção está baseada no princípio de que a perseguição dos interesses próprios seria boa para o espaço público. Bourdieu critica os estudos sobre profissões exatamente nesse ponto: quando as análises tomam os discursos dos grupos profissionais como a “realidade”. Mas a abordagem de Freidson tem a vantagem de colocar em tela a relação entre o tema do controle do mercado e da posição social, o que leva a uma forma de controle ocupacional descentralizada, a uma “comunidade ocupacional moral” que poderia ser positiva para a sociedade. No nosso caso, mais do que a “positividade” ou não dessa comunidade, nos interessa os discursos e estratégias que ela usa para legitimar-se enquanto tal.

<sup>3</sup> A lógica do mercado livre baseia-se na idéia de que não deve existir um monopólio e que o poder de decisão deve estar sempre nas mãos do consumidor, não havendo nenhuma espécie de regulação. Há um baixo nível de especialização, os indivíduos têm práticas profissionais mais fluidas, carreiras irregulares e predomina o saber prático. A lógica burocrática está baseada no princípio gerencial. A forma de ingresso nessa organização se dá através do “departamento de recursos humanos”, e a forma de trabalho é altamente hierarquizada. As carreiras se desenvolvem dentro da firma (seja estatal ou privada) de forma vertical, o indivíduo está diretamente ligado à organização burocrática, quando ele porventura a deixa, não leva consigo a carreira. A lógica do profissionalismo está baseada no princípio ocupacional, no domínio de uma *expertise*. A forma de ingresso nessa organização se dá pela exigência de credenciais que certificam o domínio de tal *expertise*.

papel importante não somente no desenvolvimento do conhecimento, mas também na forma de organização do trabalho, devido ao ensino profissional estar associado a ela. Tal vínculo entre ensino profissional e universidade teria contribuído para a autonomia das profissões frente ao mercado e à forma de organização burocrática, tornando-se assim economicamente viável através do oferecimento de serviços especializados, baseando-se na idéia de prestação de serviços com ética e responsabilidade social.

Freidson (1996) divide uma “profissão” entre membros praticantes, administradores da profissão e professores pesquisadores, havendo uma relação muitas vezes tensa entre esses segmentos, cada um possuindo perspectivas e interesses próprios. Estes últimos controlam a produção de conhecimento abstrato, inerente à prática profissional, e são responsáveis pelo treinamento e obtenção da credencial para exercer a profissão. Há uma disputa em torno da produção de expertises a ser utilizada, disputa que se dá não somente na relação entre o “segmento acadêmico” e o mercado profissional, mas também no interior do próprio segmento acadêmico e na relação deste com o Estado. Aqui se encontra nosso problema: como um determinado conjunto de indivíduos cria discursos e instituições através de redes, de suas carreiras profissionais, com a finalidade de serem reconhecidos nesse espaço acadêmico?

## Jornalismo como área de *saber* e segmento acadêmico

(...) es mediante la formación en los posgrados de **agentes** académicos competentes para **producir socialmente sentido sobre la producción social de sentido**, que el campo académico de la comunicación puede no solo reorientarse para avanzar en su legitimación, para ganar mayor autonomía y poder, sino que podrá generar explicaciones más plausibles y orientadoras de las transformaciones en curso en el mundo y del papel que los sistemas y prácticas de comunicación tienen en esta competencia académica, mas que en su competitividad institucional (Navarro, 2003).

O que significaria produzir, socialmente, sentido sobre a produção social de sentido? Produção feita por agentes competentes arraigados no campo acadêmico. A resposta dada por Navarro (2003) advoga acerca da legitimidade desse campo de produzir conhecimento sobre os fenômenos midiáticos e, a partir da *dupla hermenêutica*<sup>4</sup>, ser capaz de influenciar as decisões dos agentes e instituições envolvidas com essas práticas. Através disso, esse próprio campo acadêmico se fortaleceria e se legitimaria, ganhando maior autonomia e poder.

Seu texto, *La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de un marco epistemológico para los estudios de La comunicación*, texto apresentado num congresso da COMPÓS (Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social em 2002), tem como conclusão a ideia de que a produção de conhecimento sobre a Comunicação só pode se dar, legitimamente e de forma competente, na esfera mais alta de profissionalização dos pesquisadores.

É no ambiente de profissionalização mais avançada (o que na carreira acadêmica corresponde aos cursos de pós-graduação) que se pode reorientar epistemologicamente o campo. Essa reorientação seria necessária, pois desde os anos 1980 o campo de pesquisas na área de Comunicação vive um momento em que não há eixos fixos de debates e de pesquisas, nem epistemológicos e nem ideológicos. Assim, ele faz uma defesa da legitimidade da pós-graduação como espaço de produção de um saber sobre a Comunicação e uma defesa da profissionalização desse espaço.

A noção de *campo*, proposta por Bourdieu aqui se torna central, seja para a análise do fenômeno seja para compreender como os agentes se

<sup>4</sup> Conceito desenvolvido por Anthony Giddens para mostrar como se operacionaliza a reflexividade dos agentes e instituições. Utilizado para demonstrar a racionalidade dessas duas dimensões da vida social, ou seja, a ação seria desenvolvida a partir da moderação reflexiva, o "cálculo" que os agentes fazem baseado nas informações disponíveis. A sociologia, por exemplo, contribuiria para a reflexividade de indivíduos e instituições produzindo conhecimento sobre as mesmas e esse conhecimento retornando para essas dimensões contribuiria em suas reestruturações, o conhecimento produzido reestrutura reflexivamente o sujeito da análise (Giddens, 1984; Palacios, 1999).

pensam<sup>5</sup>. A autoimagem construída de sua situação como um *campo*, onde há disputas, estratégias, posições e recursos a serem conquistados e um, ou vários, “opositores”, nos levam a pensar que a noção de *campo* é usada por esses pesquisadores menos como uma categoria analítica aplicada a si mesmo e mais como uma categoria “política” nas disputas epistemológicas.

Tomando a noção de campo acadêmico utilizada por Hey (2008), desenvolvida a partir de Pierre Bourdieu, vemos que este é definido como um “lôcus de relações” onde se produz conhecimento acadêmico (uma prática social reconhecida e legitimada), instaurando-se uma “batalha” para definir o que pertence ou não a esse campo e os correspondentes elementos distintivos, que designam poder, no mesmo.

Este campo acadêmico é caracterizado pelo uso de um aparato institucional que garante a produção e a circulação dos produtos acadêmicos. No Brasil, esse aparato é assegurado pelo Estado através de instituições como Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (Hey, 2008; Cury, 2004).

Para autores como Maria Immacolata Vassalo Lopes (2003; 2006), José Marques de Melo (2003a 2003b; 2006), Raúl Fuentes Navarro (2003) e Giovandro Marcus Ferreira (2003), existe um campo acadêmico (ou subcampo) ao qual poderíamos chamar de *campo acadêmico da comunicação*. Esse campo acadêmico da comunicação seria caracterizado pela existência de instituições de ensino e pesquisa - no caso brasileiro, ligadas ao sistema de graduação e pós-graduação nas universidades - de revistas especializadas em temas voltados à *Comunicação* e de agentes envolvidos nesse processo de produção de conhecimento e de ciclo de consagração, como diria Bourdieu (2006).

<sup>5</sup> Segundo a abordagem de Eliot Freidson (1996) a idéia de profissão (ou antes, a análise da sociedade via profissão) seria uma boa estratégia para melhor operacionalizar conceitos como campo (Bourdieu) e Discurso (Foucault). Isso porque nas análises sobre grupos profissionais (na perspectiva da sociologia das profissões americana) é valorizado o tema da delimitação de fronteiras ocupacionais no mercado de trabalho. A atenção volta-se para as disputas por legitimação diante do Estado e da sociedade e assim as estratégias institucionais/organizacionais e discursivas utilizadas por diferentes grupos em suas estratégias de delimitação de áreas de atuação e empoderamento junto ao Estado e a Sociedade. Não devemos aqui confundir com abordagens que valorizam o mercado ou valorizam o Estado operando a partir de uma dicotomia, como se na relação das profissões com o mercado ou mesmo com a ciência não houvesse relações com a política.

Outro elemento não menos importante, senão essencial, é a existência de uma epistemologia própria, referente a um objeto de estudo “próprio” da área acadêmica em questão: o fenômeno da *Comunicação*. Todos esses autores estão envolvidos de uma forma ou de outra no fortalecimento desse campo, seja frente ao *campo acadêmico* ou ao *campo dos profissionais de comunicação*.

A distinção entre *campo acadêmico* e *campo dos profissionais de comunicação* - essa última tomada a partir da leitura de Melo (2003a) e de Ferreira (2003) - é importante para demonstrar as fronteiras que estão em disputa pelos agentes, para a construção e/ou fortalecimento de seu campo de atuação, procurando se distinguir e, ao mesmo tempo, influenciar. O campo acadêmico, ao qual se referem, significa o sistema acadêmico institucionalizado (nacional, sobretudo, mas também internacional), e, os profissionais de comunicação, os agentes que trabalham com comunicação *fora da academia*: jornalistas, publicitários, assessores de imprensa, etc.<sup>6</sup>

Mais especificamente, centramos nossa análise num fenômeno, a princípio menor nesse universo, mas que consideramos importante para ilustrar esse processo de delimitação de fronteiras, disciplinarização de um saber e construção de aparatos institucionais para o desenvolvimento de carreiras: a construção do jornalismo como um saber acadêmico, como um objeto de estudo e fenômeno social.

Traquina (2006) mostra que nos anos 1940 e 1950 o jornalismo era o objeto de estudo central nas análises sobre comunicação, sobretudo na figura de Lazarsfeld. A primeira revista de ciências da comunicação relacionava-se ao fenômeno do jornalismo. Nos anos que se seguiram, anos 1960 e 1970, os estudos em jornalismo ficaram dependentes das investigações sociológicas e a essência, o conteúdo das análises, que valorizavam o enfoque dos estudos em jornalismo foi deixado para trás.

Ainda segundo este autor, nos últimos anos vê-se uma explosão dos estudos em jornalismo em caráter nacional – ele fala do contexto português – mas também internacional. Fenômeno marcado pelo uso de uma multiplicidade de novas metodologias, emergência e crescente influência da televisão, do interesse pelo “papel ideológico do jornalismo”

<sup>6</sup> Utilizamos a noção de campo aqui como objeto de análise e não como instrumento analítico.

(*journalism's ideological role*) e pelo surgimento de novos paradigmas para compreender as notícias.

Em termos institucionais as carreiras dos docentes/pesquisadores desenvolvem-se nos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação Social. Nos cursos de graduação, o jornalismo ainda permanece como uma habilitação do curso de Comunicação Social (Moura, p: 2001).

A pós-graduação passa por um processo de especialização com o fortalecimento de grupos de pesquisa, de linhas de pesquisa dentro de programas e a criação de um programa de pós-graduação específico, caso do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 2007. Neto (1996) mostra que a maior parte dos programas de pós-graduação em Comunicação Social está localizada em universidades públicas, o que mostra que esta carreira desenvolveu-se a partir de incentivos do Estado, seguindo o padrão de outras carreiras acadêmicas no Brasil<sup>7</sup>.

Nesses programas de pós-graduação procura-se o desenvolvimento de um conhecimento específico que vem associado à diferenciação de outras áreas de conhecimento que representam outras disciplinas numa estratégia de distinção dentro do *ampo acadêmico*. Uma das diferenciações propostas ocorre com relação à área de Ciências Sociais.

O *campo acadêmico da comunicação* possuiria um saber específico, ainda em desenvolvimento, tendo uma epistemologia própria e diferente das Ciências Sociais. Esta não conseguiria mais responder aos desafios de explicar o fenômeno da comunicação na sociedade contemporânea (Lopes, 2006). Essa função seria desempenhada pelo campo acadêmico da Comunicação, que teria um arsenal teórico-metodológico mais adequado para compreender tal fenômeno. Há também a busca de legitimação junto ao *campo dos profissionais de comunicação*, advogando que o conhecimento produzido sobre o Jornalismo/Comunicação vai melhorar e mesmo fortalecer a profissão (Melo, 2006).

No que concerne especificamente ao aparato institucional que trata o Jornalismo enquanto um *saber*, Traquina (2006) mostra que nos anos 1970, no plano internacional, esse espaço de produção de

<sup>7</sup> A expansão e processo de internacionalização do setor acadêmico da Comunicação Social (sobretudo a pós-graduação) ocorre num momento de forte investimento do Estado no setor de pós-graduação como um todo no país como mostra Cury (2004).

conhecimento acadêmico passou a ser designado pelo termo *Comunicação* (Ciências da Comunicação, Comunicação Social, etc.) e não mais pelo termo *Jornalismo*, mas nos últimos anos há um ressurgimento do jornalismo como termo que designa uma área de estudos. Há uma reação discursiva dessa área de saber que procura criar práticas de atuação e percepção.

No Brasil esse ressurgimento é marcado pelo desenvolvimento de grupos de esquisa dentro de associações científicas como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)<sup>8</sup> e da Associação de Pós-Graduação em Comunicação Social (COMPÓS), que culminou com a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo em 2003, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 2007 e da revista *Brazilian Journalism Research*, publicada pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) em inglês, esse último elemento demonstrando uma estratégia de fortalecimento a partir de relações com o mundo acadêmico internacional<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Na INTERCOM existem Núcleos de Pesquisa. Criados em 2000 “buscam contemplar e abrigar uma área específica do campo da Comunicação, definida por uma ementa, e organiza-se em seções temáticas, com as respectivas palavras-chave. Os NPs, de acordo com suas Normas Regimentais, estão abertos à participação de pesquisadores que desenvolvam trabalhos em seus campos temáticos, tendo o grau de mestre ou doutor ou que estejam matriculados, como alunos regulares, em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ou no exterior.” (Fonte: <http://www.intercom.org.br/pesquisa/pesquisa.shtml>). São 18 núcleos ao todo, o NP de Jornalismo tem como ementa “Jornalismo. Epistemologia e teoria. História do jornalismo. O fenômeno jornalístico como objeto de estudos. Jornalismo e representações sociais. A questão ética. Jornalismo e tecnologia. O ensino do jornalismo. Identidade jornalística e campo profissional. As linguagens jornalísticas. Jornalismo: meios impressos; meios eletrônicos e meios digitais. Linhas de pesquisa: História do Jornalismo; Epistemologia do Jornalismo; Ensino e Pesquisa em Jornalismo. (Fonte: <http://www.intercom.org.br/pesquisa/jornalismo.shtml>). Percebemos aqui dois mecanismos de delimitação de “fronteiras” do campo: por um lado os legítimos pesquisadores são os que pertencem ao sistema de pós-graduação *stricto sensu* e por outro a definição dos temas de estudo a partir da rubrica *Jornalismo*, a relação dele com outras temáticas ou a análise dele em si como objeto de reflexão. Talvez um dado que resulte interessante seja a comparação com os outros NP’s e suas respectivas regras e temáticas.

<sup>9</sup> Essa estratégia de circulação internacional é característica de grupos que procuram se fortalecer no meio acadêmico nacional, como mostram Almeida et al. (2004). Está calcada em políticas de Estado que proporcionam, através de instituições como CAPES, CNPq e FINEP, recursos para a circulação internacional e possível formação de redes de contatos profissionais, que fortalecem localmente determinados grupos da academia. Mas esses recursos estão em disputa nessas instituições, daí a necessidade, expressa claramente nos textos de Lopes (2003) e Ferreira (2003), do fortalecimento do campo acadêmico da comunicação frente ao campo acadêmico nacional.

Essa relação com a comunidade acadêmica internacional surge como um fator essencial no fortalecimento de uma área acadêmica. Blanc (2007) mostra como as Ciências Sociais só conheceram um forte desenvolvimento na América Latina a partir de intercâmbios com o mundo acadêmico internacional. Sobretudo com universidades americanas que, no período pós-segunda guerra, foram responsáveis por uma “cientifização” da sociologia, com aplicação de métodos estatísticos nas análises.

No setor acadêmico do jornalismo a criação da *Brazilian Journalism Research*, cujo objetivo é criar uma rede de pesquisadores brasileiros articulados com a comunidade internacional<sup>10</sup>, é um passo nesse sentido<sup>11</sup>. Essa é também a estratégia de José Marques de Melo e da “primeira geração de pesquisadores da área” (Vianna, p: 2005) formada na Escola de Comunicações e Artes/USP no início dos anos 1970, quando desde então se procura construir redes de intercâmbio internacional<sup>12</sup>.

Nos textos de Melo (2003a, 2003b), Lopes (2003) e Navarro (2003), à discussão epistemológica é aliada uma discussão acerca dos mecanismos institucionais de delimitação de espaços acadêmicos de atuação. Não basta uma epistemologia própria, como argumenta Ferreira (2003). Para o desenvolvimento desta, é necessário um espaço acadêmico legítimo e com possibilidades de se fazer importante no cenário acadêmico nacional e internacional. Há uma defesa da profissionalização da área.

<sup>10</sup> The SBPJor's objective is to create and strengthen a Brazilian network of journalism researchers articulated with the international community, to present research results and to stimulate debates on contemporary journalism . <http://www.unb.br/ojsdpp/policies.php#focus>.

<sup>11</sup> Em 2006, a revista publicou um dossiê sobre a construção do campo acadêmico em jornalismo no Brasil mostrando também as experiências em outros países como a Alemanha assim como as novas formas de abordagem do jornalismo na academia.

<sup>12</sup> José Marques de Melo é da Cátedra UNESCO de Comunicação para o desenvolvimento regional e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo/SP), onde se desenvolveu o que se chama de “Grupo de São Bernardo”, um grupo de pesquisas que desenvolve uma interpretação sobre o fenômeno comunicacional no Brasil.

No pensamento de Eliot Freidson a organização profissional<sup>13</sup> procura se fortalecer frente ao mercado, ao Estado e a sociedade com o objetivo de garantir para si o monopólio sobre uma área de atuação no mundo do trabalho, conseguindo assim recompensas financeiras e simbólicas (status). O que percebemos no nosso estudo é justamente esse movimento discursivo em relação a essas três esferas ou campos sociais.

Um dos argumentos, que também surge como constatação, é de que o aumento no número de cursos de pós-graduação e graduação em Comunicação e Jornalismo é reflexo do aumento da importância do fenômeno comunicacional na sociedade: vivemos em uma *sociedade da comunicação* (Ferreira, p: 2003; Lopes: 2003; Melo, p: 2003). O argumento de que esse processo também é influenciado por uma expansão no sistema de ensino superior no Brasil, sobretudo na pós-graduação (Cury, p: 2004), não surge claramente nessas argumentações.

## Trajetória acadêmica de pesquisadores em Jornalismo

Procuramos acima fazer uma caracterização geral do espaço onde se dá nossa problemática. Em linhas gerais os discursos estão ligados ao sistema de pós-graduação nacional e procuram nele se fortalecer, para tanto usando as estratégias aí legitimadas.

Como mostra Martins (2005) o sistema de pós-graduação no Brasil começa a se desenvolver nos anos 1960 como política de Estado. A produção científica é associada à noção de desenvolvimento e modern-

<sup>13</sup> Para ele, os elementos principais do profissionalismo são: a) a produção de saber abstrato, com monopólio sobre uma área especializada do conhecimento; b) a autonomia profissional para realizar diagnósticos; c) o controle do mercado através do credenciamento; d) obtenção das credenciais no ensino superior. As profissões são ocupações onde se desenvolve um tipo de trabalho especializado, onde há uma especialização criteriosa teoricamente fundamentada. Os grupos ocupacionais que procuram se fortalecer, buscam se adequar a este modelo assim como ele também remete a modernização de um grupo ocupacional e conseqüentemente de suas práticas e de sua relação com a sociedade. A questão da *profissionalização* também está ligada à divisão do trabalho na sociedade moderna. Freidson (2001) constrói um tipo ideal, nos moldes weberianos, como uma estratégia para facilitar o diálogo entre os estudos sobre profissões, tomando como base estudos empíricos sobre profissões nos EUA e mostra que o profissionalismo é uma *terceira lógica* de organização do trabalho. As outras duas seriam a do livre mercado e a burocrática.

ização e a pós-graduação é encarada como o espaço ideal para tanto, numa tentativa de importação do modelo norte-americano. Há a idéia de que uma boa universidade não é somente aquela que produz bons profissionais, mas também a que faz pesquisa fortalecendo a idéia das sociedades científicas.

Para tanto era preciso formar quadros de pesquisadores, que até então inexistiam no país. Nos anos 1950 surgem CAPES e CNPq, e com o auxílio de outras instituições se investe na formação de pessoal no exterior e no seu aproveitamento na criação de um sistema de pós-graduação no país.

Podemos dizer que com o decreto lei 5.540/68 surge a possibilidade de carreira acadêmica no Brasil. A partir desta lei, fruto do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária instituída em 1968, passa a haver um elo entre carreira docente e a posse de títulos de mestre e doutor, o que desencadeia uma política nacional de pós-graduação voltada para o aperfeiçoamento docente (Martins, p: 2005). O Estado cria uma demanda possibilitando a existência de uma carreira, nessa época surgem os primeiros programas de pós-graduação no país.

Apesar de ser uma carreira que conta com recursos do Estado em sua maior parte, o sistema de pós-graduação atualmente conta com a possibilidade de auto-gestão, pelo menos no quesito de avaliação, que ocorre por pares (dentro de cada área de pesquisa), o que teoricamente lhe dá mais autonomia frente ao Estado.

Martins (2005) mostra que houve a partir dos anos 1990 diminuição nos recursos públicos para o sistema de pós-graduação levando-se em conta sua forte expansão, estando presente em todas as regiões do país. Há então disputas nesse espaço de produção de conhecimento, que refletem o grau de poder e legitimidade que cada área de pesquisa possui junto ao Estado e à sociedade. É nesse espaço que se encontram nossos agentes, e, a partir de observações iniciais, eles se sentem “fragilizados” em relação às outras áreas.

Como um primeiro momento de aproximação para dar início à pesquisa de campo, participamos do encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo de 2008, realizado na Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo/SP. O tema do encontro foi

“A construção do campo do Jornalismo no Brasil”. Como objetivos do encontro e da SBPJor temos,

Um dos desafios contemporâneos das pesquisas em jornalismo é a construção disciplinar do campo, que passa, além da especificidade do objeto, pela solidez e clareza de categorias fundamentais para tratá-lo, por um conjunto teórico harmônico que gere conhecimento articulado e coerente e pela própria definição de eixos metodológicos específicos em relação a outras áreas do conhecimento. O amadurecimento do campo do jornalismo enfrenta, então, o desafio de avançar encontrando um ponto de equilíbrio entre, por um lado, os diálogos teórico-metodológicos entre disciplinas que chegam ao objeto por meio de um tratamento multidisciplinar e, por outro, o esforço de uma construção disciplinar específica, que lhe dê identidade metodológica para desencadear um diálogo com disciplinas de outros campos científicos<sup>14</sup>.

Há uma preocupação com a construção de uma identidade epistemológica, que seja coerente teórico-metodologicamente. O tratamento multidisciplinar do objeto de estudo “jornalismo” precisaria ser revisto no processo de disciplinarização. Essa disciplinarização se reflete na criação de espaços e disputas de recursos na estrutura acadêmica nacional. Sem essa “identidade epistemológica” forte, haveria pouca perspectiva de fortalecimento junto ao sistema de fomento à pesquisa nacional.

Segundo Juremir Machado<sup>15</sup>, na época representante junto ao CNPq, devido a área ser pequena poucas bolsas de pesquisa são concedidas, e a área de Comunicação disputa com outras por esses recursos. A conclusão era de que para ter acesso a mais recursos seria necessária uma imposição política maior, mais pressão sobre as agências. “Objetivismo e produtivismo seriam as palavras de ordem.” Ficou clara uma crítica ao sistema de ranquiamento instituído pela CAPES e CNPq e a pouca ação coletiva da área.

Especificamente em relação a área de jornalismo, a discussão girou em torno da sua especificidade em relação a área de Comunicação Social, até os anos 2000 não existiam (e não podiam existir) linhas de

<sup>14</sup> Fonte: <http://www.sbpjor.org.br/6sbpjor/index.php?sbpjor=tema>.

<sup>15</sup> As informações presentes aqui correspondem a declarações feitas durante mesas redondas que ocorreram no evento que tratavam do tema.

pesquisa por habilitações. O curso de Comunicação Social, em nível de graduação, normalmente concede credenciais para o exercício das carreiras de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade. Essa estrutura não podia ser reproduzida nos programas de pós-graduação, pois, já que consideradas formações técnicas não estariam voltadas para pesquisa. As linhas de pesquisa na pós-graduação não podiam ter o nome das carreiras para as quais a graduação credenciava.

A conclusão foi de que o Jornalismo deveria ampliar, do ponto de vista institucional, sua atuação no campo da Comunicação. Elias Machado, professor do curso de pós-graduação em Jornalismo da UFSC, também advogou a especificidade do jornalismo na área de Comunicação. Os programas na área de Jornalismo se inseriam na área de “Teorias da Comunicação”, a especificidade do jornalismo ficava apagada, pois ela não seria auto-evidente. Para ele o campo da Comunicação não refletiria a realidade das práticas profissionais da área.

Um debate interessante surge entre ele e Maria Imacollata Vassalo Lopes. Essa autora aposta numa crise de identidade do Campo da Comunicação e ele por sua vez aposta na definição da especificidade do jornalismo. Para ele, o jornalismo afirmar sua identidade não significa negar a diversidade. Só se daria bem com a diversidade quando se é seguro de si.

Elias Machado considera que há uma baixa auto-estima por parte dos pesquisadores da área. Pesquisadores de outros campos teriam mais força simbólica na definição do enquadramento e das maneiras de pesquisar o jornalismo. O campo seria “colonizado”, sobretudo pela área de Sociologia, para ele deveriam ser colocados limites nisso. Para ganhar respeito na universidade seria preciso deixar de ser um conjunto de técnicas e tornar-se um campo de saber.

Essa não é uma característica exclusivamente nacional. Zelizer (2009), analisando a realidade norte-americana mostra como o jornalismo, enquanto objeto de estudo, é analisado por diversas áreas e não por uma área que seja identificada – institucionalmente - somente com o jornalismo. Isso levaria a abordagens que não analisam o fenômeno em sua totalidade.

Partindo das noções de Comunidade Interpretativa e da noção de paradigma de Kuhn (1968) ela procura mostrar a fragmentação que existe em relação à interpretação do fenômeno do jornalismo. Para ela as “comunidades interpretativas” – Sociologia, Ciência Política, Estudos

de Linguagens, Estudos Culturais, etc. – não dialogam e como área de pesquisa os Estudos em Jornalismo sempre foram instáveis, tanto institucionalmente quanto epistemologicamente. Isso traz conseqüências na forma como o Jornalismo é conceituado e conseqüentemente pesquisado e aplicado, há muitas visões em disputa na definição do jornalismo.

Na sua argumentação ela descreve três tipos: jornalistas, pedagogos do jornalismo e pesquisadores em jornalismo. Cada um desses tipos ideais possui suas formas de compreender o jornalismo e não dialogam entre si. A autora aposta na fundação dos Estudos em Jornalismo, para combater a “incerteza existencial do jornalismo” (Zelizer, 2009). Elenca a criação de espaços institucionais como o Journalism Studies Interest Group<sup>16</sup> dentro da International Communication Association em 2004 e o surgimento de revistas especializadas como a Journalism: Theory, practice, and criticism e a Journalism Studies no fim dos anos 1990. O que mostra que esse processo também é relativamente recente fora do Brasil, bem como a ligação que existe entre a situação brasileira e a internacional.

Para retratarmos estas disputas internas ao setor acadêmico nacional a seguir procuramos traçar um perfil ainda que inicial das lideranças da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Nascida em 2003, essa Sociedade Científica surge como “fruto de uma demanda da comunidade científica de pesquisadores em Jornalismo” (Moura, 2004).

Trigueiro (2001) alerta para a importância das sociedades científicas na definição dos arranjos institucionais do sistema de ciência e tecnologia nacional, mostrando como elas foram importantes nos planos de C&T nos anos 1970 e 1980 e como possuem uma forte relação com o Estado via suas agências de fomento a pesquisa.

Independentemente do julgamento acerca da eficiência desse sistema no processo de desenvolvimento de C&T no Brasil, as sociedades científicas tem peso nas decisões sobre redes, financiamentos e agendas de pesquisa. Moura (2004) mostra como a SBPJor em seus estatutos procura além de pautar o debate acadêmico sobre o Jornalismo também criar e administrar redes de pesquisadores (nacional e internacionalmente) e desenvolver um sistema de circulação de informações através

<sup>16</sup> <http://www.icahdq.org/divisions/JournalismStudies/jsigweb4/index.html>.

de revistas, anais de congressos, etc., configurando assim um sistema de troca e criação de posições de status dentro de um campo acadêmico.

Procuramos traçar o perfil de trajetória acadêmica daqueles que estiveram em posições de liderança na SBPJor desde sua origem. São quatro formações de diretorias desde então, 2003-2005, 2005-2007, 2007-2009, 2009-2011<sup>17</sup>. O objetivo é mostrar a entrada desses agentes no mundo acadêmico e um pouco da trajetória dos mesmos nesse mundo. Consideramos dados de todos que integraram e atualmente fazem parte de cargos de liderança na associação. Estamos considerando-os como a elite que está no processo de vanguarda na criação de discursos e disputas institucionais para o fortalecimento do setor junto ao espaço acadêmico nacional.

Ao todo são 32 pessoas entre Diretoria, Vice-Diretoria, Conselho Administrativo, Diretoria Administrativa, Diretoria Editorial, Diretoria Científica e Conselho Científico. São 15 mulheres e 17 homens que trabalham em universidades localizadas nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. A região norte não conta com nenhum profissional em seus quadros docentes inserido nessa rede de lideranças da SBPJor em suas primeiras diretorias. Abaixo mostramos o Quadro 1 com instituições de ensino, por recorte regional, onde se encontram as lideranças da SBPJor.

**Quadro 1** – Instituições de Ensino das Lideranças da SBPJor

Região	Nº Instituições	Pública Federal	Pública Estadual	Privadas*
Sudeste	11	5	2	4
Sul	7	3	-	4
Nordeste	4	4	-	-
Centro-Oeste	1	1	-	-
Norte	-	-	-	-
Total	23	13	2	8

\*Consideramos nesse item também as instituições de ensino confessionais e comunitárias Fonte: Plataforma Lattes - CNPq<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> <http://www.sbpjor.org.br/sbpjor/>.

<sup>18</sup> Todas as informações que estão presentes nos quadros inseridos no texto têm como fonte a Plataforma Lattes CNPq <http://lattes.cnpq.br/> cuja consulta realizamos no mês de maio de 2010.

As regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte das instituições onde essas lideranças trabalham atualmente. A maior parte destas é pública federal ou estadual sendo ao todo 15 instituições e 8 são particulares, confessionais ou comunitárias. Ao contrário das outras regiões no Sul do país há equilíbrio entre o número de universidades públicas e particulares onde essas lideranças trabalham, são 4 do setor privado e 3 do setor público, no plano nacional essa tendência se inverte.

**Quadro 2** – Local de Doutorado e Graduação no Brasil das Lideranças da SBPJor

Estado	Nº de Doutorados	Nº de Graduações
São Paulo	14	4
Rio Grande do Sul	4	10
Rio de Janeiro	2	1
Bahia	2	2
Distrito Federal	1	
Espírito Santo	-	1
Goiás	-	2
Paraná	-	1
Pernambuco	-	1
Minas Gerais	-	3
Total	23	25

Fonte: Plataforma Lattes – CNPq

Considerando o local de doutoramento como relevante para retratar o início de uma carreira acadêmica, com a posse de um título (uma credencial) que funciona como um “gatekeeper” no mundo acadêmico constatamos que 23 doutorados foram realizados no Brasil e 9 no exterior. Na França foram 3 doutoramentos, em seguida vem Espanha e Inglaterra com 2 cada um, e Estados Unidos e Portugal com 1 cada. Em termos de financiamento através de bolsas foram 4 CAPES, uma do CNPq e duas de outras instituições dos países de doutoramento. Dos 32 profissionais 28 possuem doutorados na área de Comunicação – somando-se os realizados no Brasil e no exterior - somente 4 possuem doutorados em outras áreas de saber. A seguir o Quadro 2 mostra os locais de doutoramento e de graduação.

A maioria tem graduação em Comunicação/Jornalismo, são 24 e há uma concentração da graduação no Rio Grande do Sul, 10 são graduados em universidades gaúchas, nenhum outro estado possui tantos graduados ocupando os principais cargos da SBPJor. Esse fato é interessante na medida em que mostra o movimento da rede, ou da maioria dos indivíduos dentro dela. Há uma concentração de formação em graduação no Rio Grande do Sul, uma concentração de formação em doutorado no estado de São Paulo e uma equivalência de posições em instituições ocupadas em universidades gaúchas e paulistas, isso lança a hipótese de uma rede que se forma no Sul do país, onde a graduação foi o espaço de início de uma rede de pesquisadores que trabalha na criação e fortalecimento de uma sociedade de pesquisa.

Mesmo como a maioria dos doutorados realizados no estado de São Paulo o financiamento através de bolsas de estudo se dá em sua maioria pelo sistema federal CAPES/CNPq, foram 7 bolsas da CAPES, 3 CNPq e apenas 2 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, importante instituição de fomento à pesquisa do estado.

Um dado interessante diz respeito a época de formação dessa liderança. A seguir Quadro 3 com o período de formação em Doutorado e Graduação.

**Quadro 3** – Período de realização do Doutorado e da Graduação

Período	Doutorado*	Graduação**
1960 - 1969	-	2
1970 - 1979	4	9
1980 - 1989	-	7
1990 - 1999	12	4
2000 - 2009	15	-
Total	31	22

\*O total de Doutorados é 32, mas em um deles não consta a data do doutoramento na Plataforma Lattes.

\*\*O total daqueles com Graduação em Comunicação Social e/ou Jornalismo é de 24 indivíduos, porém na base de dados da Plataforma Lattes em 2 deles não constavam as datas da Graduação.

Fonte: Plataforma Lattes - CNPq

O quadro nos mostra quão jovem em termos de formação em Doutorado é a maioria das lideranças da SBPJor. Mais de 80% dos doutoramentos se dão nos últimos 20 anos e mais de 70% das

graduações ocorrem nos anos 1970 e 1980. Valorizamos nos quadros apresentados os recortes regional, de formação e de geração, pois acreditamos que estes são elementos importantes na conformação de uma rede de pesquisadores.

## Conclusão

A SBPJor se configura como uma sociedade científica formada por uma rede de professores/pesquisadores relativamente jovens em termos de formação mínima nas disputas no mundo acadêmico brasileiro. Enquanto áreas como as Ciências Sociais experimentaram um processo de institucionalização e fortalecimento ainda nos anos 1950 e 1960 num período de impulso da organização universitária no país e de concessão de recursos governamentais para centros de debates e pesquisa fora do ambiente acadêmico com uma forte participação das classes dirigentes nacionais no processo de desenvolvimento da disciplina (Miceli, 1989), os pesquisadores em Jornalismo tem o desafio de se institucionalizarem e fortalecerem no século XXI com o campo acadêmico brasileiro já instituído e com uma disputa cada vez maior por recursos. Uma área de pesquisa nova, do ponto de vista institucional, que desponta no mundo das Ciências Humanas e Sociais.

No setor institucional mostramos como se dá o movimento da rede dessas lideranças. Elas se articulam por meio da Sociedade Científica, porém seu locus primeiro é a universidade nos seus cursos de Graduação e Pós-Graduação. É uma rede que faz o circuito Rio Grande do Sul – São Paulo no quesito formação. Com a maioria dos indivíduos se graduando no Sul e se pós-graduando no Sudeste.

Tomando a noção de palco e platéia de Bonelli (1993) como um modelo de interpretação das relações de grupos ocupacionais com o mercado de trabalho, e com a academia temos que há uma posição “fragilizada” do campo acadêmico da Comunicação/Jornalismo em relação ao mundo acadêmico brasileiro bem como em relação ao mundo do mercado de trabalho fora da academia. Se para a área de Ciências Sociais, como mostram Bonelli (1993) e Braga (2009) o desenvolvimento da carreira no setor acadêmico surge como es-

paço privilegiado da profissão em contraposição a prática fora da academia, na área de Comunicação/Jornalismo parece acontecer o contrário, o prestígio maior está associado ao desempenho das atividades fora do mundo acadêmico.

Nessa ligação do setor acadêmico há uma relação interessante com a não obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício da profissão fora da academia. Em 17 de junho de 2009 o Superior Tribunal Federal (STF) extinguiu a obrigatoriedade do diploma em curso superior de jornalismo para exercer a profissão de jornalista. Há no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC n. 39/09) que defende a obrigatoriedade do diploma e a regulamentação da profissão.

A SBPJor se coloca a favor da obrigatoriedade, deslocando o foco do debate da relação entre obrigatoriedade do diploma e liberdade de imprensa que dominou os debates públicos para a relação entre obrigatoriedade e domínio de técnicas que seriam específicas da profissão, a expertise específica do jornalismo é associada a autonomia e esta à liberdade de expressão. Isso nos leva para a discussão epistemológica associada a estratégia de profissionalização que observamos no campo. Expertise associada à visão normativa da posição dos profissionais diante do mundo. Se a análise de Freidson (1996; 2001) talvez peque na aposta analítica de como são os grupos profissionais, ele mostra claramente a idéia de como grupos ocupacionais desejariam ser, com a posse de recompensas materiais e simbólicas decorrentes da aplicação de sua expertise aos assuntos humanos.

Porém, essa estratégia discursiva é fragilizada pela pouca institucionalização e legitimação do debate epistemológico da área na arena acadêmica nacional. É marcante a idéia (ou necessidade) de profissionalização entre os agentes envolvidos nesse processo. O discurso de que sem a profissionalização o grupo continuaria fraco frente aos demais setores da academia é claro entre os principais “líderes” da SBPJor.

Mostramos acima como para Navarro (2003) é na esfera mais alta de profissionalização acadêmica, a pós-graduação, que se torna possível um reordenamento epistemológico do campo. É esse re-ordenamento um dos principais objetivos dos atores envolvidos nesse processo, daí a necessidade do fortalecimento da pós-graduação para tanto. Como argumenta José Marques de Melo (2006), a independência cognitiva (do jornalismo

enquanto um saber acadêmico) passa pela legitimação de uma área acadêmica do jornalismo e isso é fruto de disputas tanto políticas como epistemológicas. O processo de profissionalização, ou o discurso da profissionalização, ganha tanto destaque quanto o discurso da epistemologia do jornalismo numa busca de identidade enquanto área de conhecimento.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA et al. **Circulação Internacional e formação das elites brasileiras**. Editora Unicamp:Campinas, SP: 2004.

BLANC, Alejandro. Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**. V. 19. N. 1, 2007.

BONELLI, Maria da Gloria. **Identidade Profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais nos sistema das profissões**. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado), 1993.

BOURDIEU, Pierre. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia da ciência**. Coleção Biblioteca 70. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado de pesquisa. In: **Estudos de Sociologia** v. 14, n. 26. Araraquara: FCLUNESP, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação pós-graduada no exterior. In: ALMEIDA, Ana Maria F; CANÊDO, Letícia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda B. (org.). **Circulação Internacional e formação das elites brasileiras**. Editora Unicamp: Campinas, 2004.

EVETTS, Julia. Short Note: The Sociology of Professional Groups. **Current Sociology**, v 54, n 1, 2006, p: 133-143.

FERREIRA, Giovando Marcus. Em busca da disciplinarização da Comunicação: da noção de campo aos domínios de pesquisa. In: **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Considerações metodológicas sobre a pesquisa aplicada em jornalismo. In: In **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Porto Alegre, 2006 (CD-ROOM).

FREIDSON, Eliot. **Professionalism: the third logic**. Cambridge: Polity Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n 31, ano 11, jun de 1996.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: EDUSP 1994.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. In: **Teoria e Pesquisa**, v 1, n 46, 1952, 2005, p: 163 – 173.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARSON, Magali Sarfati. **The rise of professionalism – a sociological analysis**. Los Angeles/London: University of California Press, 1977, p: x- xviii.

LOPES, Maria Immacolata V. O campo da comunicação, sua constituição, desafios e dilemas. **Famecos**, Porto Alegre, n. 30, agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre o estatuto disciplinar do campo da comunicação. In: **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.) **Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo – identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003a.

\_\_\_\_\_. Midiologia brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas. In: **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003b.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências

Sociais. In: **História das Ciências Sociais no Brasil v. 1**, São Paulo: IDESP, Vértice, FINEP, 1998.

MOURA, Claudia Peixoto de. Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. **Famecos**, n. 14, Porto Alegre, abril de 2001.

MOURA, Dione de Oliveira. A institucionalização da pesquisa em jornalismo e a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 1 n. 2, Florianópolis, 2004, p: 211 – 215.

NAVARRO, Raúl Fuentes. La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de um marco epistemológico para los estudios de la comunicación. In: **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

NETO, Antonio Fausto. Condições da pesquisa me Comunicação no Brasil. **Famecos**, n. 5, Porto Alegre, 1996.

NEVEU, Eric. **Sociologia do Jornalismo**. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PALACIOS, Luis Ángel Ortiz. Acción, significado y estructura en la teoría de A. Giddens. **Convergencia** (Universidad Autónoma Del Estado de Mexico). Ano 6, n. 20, 1999.

PUBLIFOLHA. **Jornalista (Série Profissões)**. São Paulo: Publifolha, 2006.

TRAQUINA, Néelson. New (and old) trends in journalism research. **Brazilian Journalism Research**. V. 2. N. 1, 2006.

VIANNA, Ruth Penha Alves. Pra não dizer que não falei das flores: a modernidade do projeto pedagógico fundador do curso de jornalismo da ECA e seu impacto nacional. In: **Anais do III Congresso Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Novo Hamburgo, RS, 2005.

ZELIZER, Barbara. Journalism and the academy. **THE HANDBOOK OF JOURNALISM STUDIES**. JORGENSEN, Karin-Wahl; HANITZSCH, Thomas (org.) The handbook of journalism studies. Nova York, London: Routledge, 2009.

Recebido em 10 de agosto de 2009.

Aceito em 25 de outubro de 2009.